



**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**REQUERIMENTO nº \_\_\_\_\_, DE 2018**  
(Da Sra. Margarida Salomão e da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para debater a suspensão da transferência de recursos da Caixa Econômica Federal para Estados e Municípios.

Senhor (a) Presidente,

Requemos, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir a decisão do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal de suspender a concessão de empréstimos a Estados e Municípios. Para tanto, solicito que sejam convidados, em data a ser oportunamente agendada, as seguintes autoridades:

- 1) Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal;
- 2) Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil;
- 3) Ary Vanazzi, Presidente da Associação Brasileira de Municípios;
- 4) Grace Maria Fernandes Mendonça, Ministra Chefe da Advocacia-Geral da União;
- 5) Nelson Antônio de Souza, Presidente da Caixa Econômica Federal;
- 6) Antonio Neto, Secretário de Planejamento do Estado do Piauí;
- 7) Julio Marcelo Fernandes, Procurador do Ministério Público junto ao TCU; e
- 8) Jair Pedro Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE).

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme noticiado pelos meios de comunicação, a referida decisão, adotada em janeiro de 2018, estaria embasada na constatação de que operações teriam sido realizadas com irregularidades nas garantias oferecidas



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

pelos entes subnacionais (receitas dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM)).

Todavia, em 28 de março de 2018 o governo federal teria aprovado Parecer da Advocacia-Geral da União que permitiria a retomada das operações, envolvendo cerca de R\$ 19 bilhões relacionados a operações suspensas. Tal parecer tem baseia-se em relatório do Banco Central que não aponta risco nessas operações, cuja inadimplência foi calculada em 0,1%.

Considerando que a decisão adotada pela Caixa pode, em grande medida, comprometer projetos fundamentais de Estados e Municípios, além de contribuir para o agravamento do déficit de investimentos em áreas essenciais, faz-se necessário debater o tema com a máxima urgência e empenho, pelo que solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Dep. Margarida Salomão – PT/MG    Dep. Erika Kokay-PT/DF**